

## **GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**

### **Resolução Nº 32/1998 de 5 de Fevereiro**

Considerando os deslizamentos de terras ocorridos na madrugada do dia 31 de Outubro de 1997, na freguesia da Ribeira Quente, que soterraram casas e causaram a morte a alguns dos seus habitantes;

Considerando as recomendações do relatório técnico-científico do Departamento de Geociências da Universidade dos Açores, intitulado "Considerações sobre a ocorrência de movimentos de massas, registadas na madrugada de 31 de Outubro de 1997, na ilha de São Miguel, Açores";

Considerando a recomendação constante do Relatório da Provedoria de Justiça elaborado a propósito daquela ocorrência;

Considerando a urgência em se construírem habitações com vista ao realojamento das famílias que perderam as suas casas, bem como a necessidade de se definir a utilização das áreas de alto risco;

Assim, no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição e da alínea o) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional resolve o seguinte:

- 1 - Criar um grupo de trabalho com vista à definição da metodologia a adoptar para a elaboração do Plano de Urbanização da Ribeira Quente.
- 2 - Designar como membros do grupo de trabalho, referido no número anterior, os Directores Regionais do Ambiente, Habitação, Obras Públicas, Laboratório Regional de Engenharia Civil e do Turismo, o Presidente da Câmara Municipal da Povoação, o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Quente e o Director do Centro de Vulcanologia do Departamento de Geociências da Universidade dos Açores.
- 3 - Designar a Directora Regional do Ambiente para a qualidade de presidente do grupo de trabalho, referido no n.º 1.
- 4 - Fixar o prazo de um mês para a conclusão e apresentação do relatório respeitante à metodologia a adoptar para a elaboração do Plano de Urbanização da Ribeira Quente.
- 5 - Apresentado o relatório referido no n.º 4, o grupo de trabalho dará lugar a um conselho de gestão, que será presidido pela Directora Regional do Ambiente ou por quem ela delegar, que definirá uma orgânica para o seu funcionamento, a aprovar por despacho conjunto dos Secretários Regionais da Agricultura, Pescas e Ambiente e da Habitação e Equipamentos.

6 - A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovada em Conselho do Governo, Angra do Heroísmo, 16 de Janeiro de 1998.- O Presidente do Governo, Carlos Manuel Martins do Vale César.